

Curso/Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL OBJETIVO

Aula: Competência Territorial – Continuação- 16

Professor(a): Elisa Pittaro

Monitor(a): Paula Caroline Nascimento de Oliveira

Aula nº. 16

COMPETÊNCIA TERRITORIAL

(Continuação)

1. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO

Porque a CF estabeleceu regramento diferente? Estamos falando em poder constituinte originário e não há muito que questionar, sendo necessário memorizar os artigos.

Exemplo: art. 105, inciso I, alínea 'a' da CFRB/881, quem julga desembargadores em todos os crimes, é o STJ, sem ressalva.

Aqui devemos ter muita atenção, pois Procuradores de Justiça, nos termos do art. 96 III CFRB/882, segue a seguinte regra:

- Crimes dolosos e Contra a Vida -> TJ;
- Crime estadual -> TJ;
- Crime Eleitoral -> TRE;
- Crime Federal -> TJ.

Quanto aos membros do MPF que atuam em primeiro grau, o art. 108, inciso I, alínea 'a' CFRB/88 prevê que os processos deverão ser julgados pelo TRF. Vejamos:

¹ Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

² Art. 96. Compete privativamente: III - aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I - processar e julgar, originariamente:

a) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

Já para os membros do MPF que atuam em segundo grau, o julgamento caberá ao STJ, vejamos a regra do art. 105, inciso I, alínea 'a' da CFRB/88:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

Quanto aos Defensores Públicos, Procuradores de Estado e Vereadores, estes possuem foro por prerrogativa de função determinada apenas nas Constituições Estaduais. Desta forma, caso cometam crimes contra a vida, a competência será do tribunal do júri.

2. COMPETÊNCIA TERRITORIAL

Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumir a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

§ 1o Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.

§ 2o Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.

§ 3o Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

Quando se fala em Competência Territorial, o que se quer saber é em qual local o crime será julgado. Assim, em regra, conforme art. 70 do CPP, esta competência determina-se pelo local da consumação.

EXEMPLO 1: Indivíduo leva um tiro na comarca A, mas é levado para a comarca B para receber atendimento médico, vindo a óbito.

Pela regra do art. 70 do CPP, a competência seria da comarca B, local de consumação do crime. Contudo, esta regra vem ocasionando muitos problemas, pois, em cidades grandes como o Rio de Janeiro, os crimes ocorridos nas cidades satélites seriam apurados na Capital, já que por dispor de melhores recursos médicos, a assistência aos feridos seria feita lá. Assim, advindo a consumação do crime, como no exemplo o advento morte, ocorreria uma superlotação das delegacias da capital, inviabilizando as investigações.

Pensando nisso, já existem decisões do STJ em sentido contrário à regra do local da consumação.

Isto porque o Desembargador Werber Martins, questionou tal regra por meio de um artigo científico, cujos argumentos constituem o seguinte teor: *“É no local da conduta que estão as provas, as pessoas atingidas pelo crime, além disso, a gravidade do crime não pode ser critério de definição de competência. Logo, devemos aplicar analogicamente os art. 4 e 6 do CP, que trata da Teoria do Crime e Teoria da Ubiquidade, de forma a afastar o art. 70, sendo competente o local da atividade criminosa”*.

Assim, em **crimes ‘plurilocais’**, o homicídio deve-se levar em consideração o local da atividade criminosa. No exemplo, seria a comarca A, portanto.

Cuidado, essa tese é aplicada irrestritamente apenas no estado do RJ. Em outros estados, o candidato deverá observar a jurisprudência local ou dos examinadores que compõem a banca.

EXEMPLO 2: Imagine-se que determinado indivíduo entra no estado do Rio Grande do Sul com mercadorias contrabandeadas, passando por vários estados da federação, até chegar a São Paulo onde a mercadoria foi apreendida.

Trata-se indiscutivelmente de crime federal. O que interessa saber é onde ocorrerá o processo e julgamento do presente crime. Para dirimir qualquer divergência, o STJ editou a Súmula 151, vejamos:

SÚMULA 151³ - A COMPETÊNCIA PARA O PROCESSO E JULGAMENTO POR CRIME DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO DEFINE-SE PELA PREVENÇÃO DO JUÍZO FEDERAL DO LUGAR DA APREENSÃO DOS BENS.

EXEMPLO 3: Determinado indivíduo possui conta corrente na Comarca A. Após uma viagem, na Comarca B, este mesmo indivíduo emite diversos cheques sem provimentos de fundos. Assim, **indaga-se, qual a comarca competente para julgar emissão fraudulenta de cheques sem provimento de fundos?**

Antigamente, a compensação de cheques era enviada à comarca de emissão, e assim seria descontado e confirmado a inexistência de fundos, restando consumada, materializado o crime, neste momento.

³ O aluno deve fazer remissão a esta súmula no art. 70 do CPP.

Assim, sob essa sistemática de descontos de cheques, o STF editou a súmula 521, vejamos:

Súmula 521 - O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento pelo sacado.

Deste modo, é competente o local da titularidade da conta corrente.

Atualmente, mesmo que o processo de descontos de cheques tenha se modernizado e seja realizado virtualmente, a súmula 521 do STF continua aplicável. Deste modo, surgem algumas dúvidas:

- **Pergunta 01:** Qual o critério de competência dos crimes falimentares?

Art. 183. Compete ao juiz criminal da jurisdição onde tenha sido decretada a falência, concedida a recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, conhecer da ação penal pelos crimes previstos nesta Lei.

Nos termos da Lei 11.101/05, em seu supracitado art. 183, a competência será fixada pelo local do juízo que decretou a falência. Trata-se do juízo universal da falência.

- **Pergunta 02:** Qual o critério de competência para os delitos de menor potencial ofensivo da Lei 9.099/95?

Art. 63. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

O Desembargador Weber Martins foi um dos principais colaboradores na elaboração da lei 9.099/90. Assim, conforme o art. 63 da referida lei, recebendo influencia das orientações do i. Desembargador, restou determinado, portanto, competente, **o local em que foi praticada a infração**.